



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2019.0000564618**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1009803-69.2016.8.26.0344, da Comarca de Marília, em que é apelante/apelado FÁBIO ROSALVO DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelada/apelante BRUNA FERNANDA DE OLIVEIRA ROSA (JUSTIÇA GRATUITA) e Apelado AGF BRASIL SEGUROS S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso da ré litisdenunciante, e deram provimento ao recurso do autor, com observação. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente) e MORAIS PUCCI.

São Paulo, 22 de julho de 2019.

**Melo Bueno**

**Relator**

Assinatura Eletrônica

*COMARCA: MARÍLIA – 1ª VARA CÍVEL*

*APTES/APDOS: BRUNA FERNANDA DE OLIVEIRA ROSA (litisdenunciante); FABIO ROSALVO DA SILVA*

*APELADA: AGF BRASIL SEGUROS S/A*

*JUIZ(A): PAULA JACQUELINE BREDARIOL DE OLIVEIRA*

**VOTO Nº 44761**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS – Colisão entre motocicleta e automóvel – Culpa exclusiva da ré, motorista do automóvel, incontroversa – Autor que ficou com sequelas físicas permanentes – Pensão devida – Pagamento em única parcela, mediante arbitramento – Cabimento (art. 950, parágrafo único, do CC) - Danos morais configurados – Montante indenizatório mantido – Inexistência de cobertura securitária para danos morais – Ação parcialmente procedente e litisdenúnciação procedente – Recurso do autor provido – Recurso da ré litisdenunciante desprovido, com observação.**

Apelações contra a r. sentença de fls. 437/443 que julgou parcialmente procedente ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos, fundada em colisão entre motocicleta e automóvel. A ré litisdenunciante sustenta, em suma, que o autor não comprovou a sua incapacidade laboral, razão pela qual deve ser afastado o pagamento de pensão, e; danos morais inexistentes, ou ao menos a redução do montante indenizatório. Subsidiariamente, pede que, para efeitos securitários, os danos morais sejam compreendidos dentro das coberturas para 'dano material' ou 'dano corporal' (fls. 446/455).

O autor, por sua vez, postula pelo pagamento, em uma única parcela, da pensão vitalícia, conforme disposto no art. 950, parágrafo único, do CC (fls. 456/459).

Os recursos foram processados e respondidos, exceto pela ré litisdenunciante (fls. 466/471; 472/474).

É o relatório.

Trata-se de acidente de trânsito ocorrido às 00h14min do 24/08/13, no cruzamento entre a Avenida Rio Branco e Rua São Luiz, Cidade de Marília, local onde ocorreu a colisão da motocicleta *Honda CG 150 Titan*, conduzida pelo autor, com o automóvel *VW Fox* conduzido pela ré litisdenunciante.

O autor assevera que, em decorrência dessa colisão, causada por culpa exclusiva da ré, sofreu fratura no polegar direito, ficando com sequela permanente (limitação de movimento e articulações, dores etc.), razão pela qual propôs a presente ação, a fim de que fosse indenizado por danos morais e estéticos, bem como ao pagamento de lucros cessantes e pensão vitalícia.

Nos termos da r. sentença recorrida, “Daí concluir-se que o acidente foi causado por culpa exclusiva da ré, que deverá ressarcir os prejuízos causados ao autor”, “No que tange à pensão alimentícia, apesar de ter sido constatado pela perícia médica judicial que o autor pode exercer outra atividade lucrativa, a pensão reclamada é devida em razão da redução da capacidade laborativa, e não tem a função de compensar financeiramente a vítima. Nesse ponto, há prova robusta da limitação física do autor para o exercício do trabalho”, e “O autor sofreu lesões físicas, foi hospitalizado e submetido a tratamento, suportou dores e deverá conviver com as sequelas físicas do acidente. Assim, o autor faz jus à indenização por danos morais”. De modo que a presente ação foi julgada parcialmente procedente e procedente a denunciação à lide, condenando a ré litisdenunciante, na lide principal, ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários, fixados em R\$3.000,00.

Com efeito, incontroversa a culpa exclusiva da ré litisdenunciante pelo acidente em discussão, uma vez que ela, imprudentemente, não respeitou a placa PARE, iniciando a passagem pelo cruzamento, vindo a interceptar a trajetória do autor, motociclista, o qual seguia regularmente pela via preferencial. Logo, ela deve indenizar o autor pelos danos a ele causados em decorrência desse evento danoso, nos termos dos artigos 186, 927 e 950, todos do CC.

Outrossim, de acordo com a prova pericial (laudo – fls. 368/374): **“A periciada sofreu acidente no trânsito, como sequela apresenta limitação de movimentos do dedo polegar da mão direita”**; sendo que, ao responder aos quesitos das partes, o perito esclareceu que o autor apresenta diminuição da capacidade laborativa em grau intenso, debilidade permanente e que o impossibilita de exercer a sua atividade de mototaxista.

Posto isto, forçoso reconhecer que o autor faz jus ao recebimento de pensão mensal, face à perda, ainda que parcial, da sua capacidade laborativa, conforme disposto no art. 950, **caput**, do CC: **“Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que sofreu”**.

Ainda, assiste razão ao autor quanto ao seu expresso pedido de pagamento dessa verba indenizatória de uma só vez (item 'b.1' dos pedidos – fls. 05). Pois, embora tal pensão seja de caráter vitalício – portanto, a ser pago mensalmente até a morte da vítima incapacitada – esta pode requerer o seu pagamento em uma única parcela; tratando, assim, de direito subjetivo do ofendido de substituir o pagamento contínuo por um verdadeiro adiantamento, conforme disposto no art. 950, parágrafo único, do CC:

Diante disso, e considerando-se o fato de que a ré litisdenunciante não impugnou tal questão quando apresentou sua contestação, sequer apresentou contrarrazões ao apelo do autor, a pensão deverá ser paga de uma única vez; ressaltando-se, por oportuno, que não há indícios de que tal medida implicaria a ruína financeira da ré litisdenunciante, além de a ré litisdenunciada estar obrigada a indenizar até o limite do valor assegurado na apólice (R\$50.000,00).

Contudo, deve haver o arbitramento desse montante, definindo-se um termo final vinculado à expectativa de vida do ofendido, para que se chegue a um valor razoável e justo, de um lado, mas que ao mesmo tempo o impeça de pleitear pedido de complementação caso ele eventualmente viva mais do que o estimado.

Assim, na fase de liquidação, deverá ser utilizado, como base para esse termo final, os dados do IBGE acerca da expectativa de vida média de vida do brasileiro, à época do acidente, por se cuidar de critério objetivo e que vem sendo adotado pela c. Corte Superior. E, conforme o entendimento desta c. Câmara, também deverão ser observados os seguintes parâmetros para a constituição dessa verba: **“(…) o capital a ser adiantado, aliado aos rendimentos que produzir, seja suficiente para prover o mesmo autor de recursos financeiros equivalentes ao valor da pensão mensal fixada no v. acórdão embargado caso fosse satisfeita periodicamente, capital esse a ser consumido por completo na data em que completaria dito autor 74 anos de idade (22.6.2051)<sup>1</sup>”**.

Os danos morais restaram configurados. Pois, de acordo com o conjunto probatório o autor, em decorrência do grave acidente, sofreu fratura exposta do seu polegar direito, tendo que se submeter a tratamento fisioterápico e medicamentoso por pelo menos seis meses (fls. 298); sendo que, ao final, ficou com sequela permanente neste segmento do corpo, tendo perdido a plena capacidade de realizar o movimento de 'pinça' com a mão direita, o qual é **“um dos movimentos mais importantes da mão”** (laudo pericial - fls. 372). Tratou-se,

<sup>1</sup> ED nº 0002799-27.2010.8.26.0370/50000, Rel. Des. GILBERTO LEME, j. em 25/06/18.

portanto, de uma situação grave e irreversível experimentada pelo autor, sendo inequívoco o dano causado à sua esfera extrapatrimonial.

Por sua vez, o montante indenizatório fixado, em R\$10.000,00, deve ser mantido, eis que foram levados em consideração os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, além de se ater às peculiaridades do caso concreto.

Quanto à responsabilidade securitária da ré litisdenunciada, saliente-se que, na apólice contratada pela ré litisdenunciante (fls. 129/132), havia a expressa cobertura para 'danos materiais', 'danos corporais', 'morte' e 'invalidez'; mas, quanto a danos morais, constava que: “**Item sem cobertura de danos morais e estéticos**” (fls. 130). Ou seja, a ré litisdenunciante, inequivocamente, não contratou a cobertura para 'danos morais'; aliás, tal questão, a propósito, já se encontra pacificada na jurisprudência, sendo objeto da Súmula nº 402, do E. STJ: “**O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão**”.

Deste modo, a r. sentença deve ser modificada, a fim de que a pensão devida ao autor seja paga de uma só vez, nos termos do art. 950, parágrafo único, do CC, mediante arbitramento, observando-se os critérios e parâmetros acima destacados; sendo, no mais, mantida por seus próprios fundamentos. E, nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, majoram-se os honorários advocatícios sucumbenciais, em favor do patrono do autor, para R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); ressaltando-se, contudo, que a ré litisdenunciante é beneficiária da justiça gratuita (fls. 86).

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso da ré litisdenunciante, e dou provimento ao recurso do autor, com observação.**

FERNANDO MELO BUENO FILHO  
Desembargador Relator